



Estácio

FACULDADE ESTÁCIO VITÓRIA

Síntese
**Projeto Pedagógico do Curso
de Direito**

Vitória/ES, 2020

Missão

“EDUCAR PARA TRANSFORMAR: *Integramos academia e gestão para oferecer uma educação transformadora ao maior número de pessoas, criando impacto positivo para a sociedade onde atuamos, de forma integral e humanizada, com responsabilidade socioambiental, visando ao desenvolvimento do Município de Vitória, do estado do Espírito Santo e da Região Sudeste do Brasil”.*

Objetivo Geral

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito delinea as diretrizes que objetivam a formação de um profissional com visão humanística, técnico-jurídica, ética e interdisciplinar. O Projeto tem como espinha dorsal o Direito Constitucional e como eixo transversal a Educação para um Mundo Sustentável.

Para tanto, adota uma metodologia que desenvolve o raciocínio tópico problemático e implementa estratégias de educação jurídica que desenvolvem no estudante de Direito as habilidades necessárias ao exercício profissional, articulando o conhecimento fundado nos princípios, na doutrina, no ordenamento jurídico vigente e na jurisprudência, com os saberes originados na prática e fomentando a investigação e a pesquisa no campo do Direito, de modo a permitir o desenvolvimento da capacidade de aprender de forma autônoma e dinâmica. Por fim, o projeto objetiva a criação de oportunidades para a prática do exercício da profissão, em situações simuladas e reais, em atividades de estágio e extensão.

A educação para um mundo sustentável como eixo transversal permeia toda a construção do conhecimento ao longo do curso e manifesta-se, tanto nos planos de ensino das disciplinas, quanto nas atividades complementares, de iniciação científica, de pesquisa, de extensão e de prática jurídica, objetivando a formação de profissionais conscientes, atuantes, transformadores e voltados para a preservação das condições de vida no planeta, bem como para a construção de uma sociedade mais fraterna, justa e cidadã.

Objetivos Específicos

O Projeto Pedagógico do curso objetiva, especificamente, formar profissionais com as habilidades e competências necessárias para:

- a. compreender a ciência do direito como um sistema integrado cuja aplicação está relacionada à compreensão do fenômeno jurídico e às circunstâncias que o determinam;
- b. pensar criticamente os problemas jurídicos a partir das questões sociais, políticas e econômicas;
- c. analisar a realidade fática, os valores e as normas, objetivando a adequada aplicação do Direito;

Documento na íntegra está disponível para consulta na biblioteca do campus

- d. realizar abordagem interdisciplinar das questões jurídicas, baseada, principalmente, na hermenêutica constitucional;
- e. articular a teoria e a prática a partir de uma análise crítica e da problematização da realidade;
- f. utilizar a linguagem escrita e oral como instrumento profissional, com pleno domínio da narrativa e da fundamentação jurídicas, assim como da argumentação e da persuasão;
- g. buscar soluções alternativas para os conflitos, enfatizando a prevenção, a negociação e a mediação;
- h. atuar na sociedade como agentes de preservação dos recursos naturais do planeta, em busca de um mundo sustentável.

Procurando atingir tais objetivos, o Projeto do Curso prevê a articulação do ensino de qualidade, com abordagens interdisciplinares e, quando possível, trans e multidisciplinares, especialmente por meio do desenvolvimento dos Estudos de Casos Concretos e das Atividades Estruturadas, além da forte ênfase na extensão, na pesquisa jurídica e nos estágios obrigatórios.

O alcance dos objetivos propostos é monitorado durante e ao longo de todo o curso, inclusive quanto à eficácia dos componentes curriculares, incluindo o aproveitamento nas disciplinas que compõem a estrutura curricular do curso e os efeitos das atividades paralelas desenvolvidas por meio da extensão, da pesquisa e do estágio jurídico.

A partir do desempenho das turmas é possível aferir o impacto do PPC no desenvolvimento intelectual e cognitivo dos alunos, permitindo a intervenção ainda durante o curso para atender a determinadas demandas ou déficits detectados e, inclusive, corrigir os rumos para o atingimento pleno dos objetivos projetados.

Perfil do Egresso

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito da FESV direciona o aparato teórico-instrumental e as políticas educacionais e pedagógicas do Curso para a formação de profissionais que, ao final do curso, sejam capazes de:

- a) integrar a formação humanística, técnico-jurídica e prática;
- b) compreender a interdisciplinaridade do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
- c) dominar os conceitos e a terminologia jurídica;
- d) desenvolver postura reflexiva e crítica que fomente a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica e a adequada intervenção na realidade;
- e) possuir senso ético-profissional, associado à responsabilidade social, com a compreensão da causalidade e finalidade da norma jurídica;
- f) aliar ao raciocínio lógico a consciência da necessidade de permanente atualização;
- g) equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as exigências sociais, visando a sustentabilidade;
- g) desenvolver formas extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos;

Documento na íntegra está disponível para consulta na biblioteca do campus

h) ter visão atualizada de mundo e consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço.

Ao trabalhar o perfil profissional, busca-se conferir, em primeiro lugar, uma formação ética, não apenas em relação ao exercício profissional, mas principalmente quanto à responsabilidade social.

A FESV busca formar um profissional capaz de realizar abordagem interdisciplinar dos problemas jurídicos, principalmente apoiada na hermenêutica Constitucional. A educação jurídica compartimentada não permite uma visão sistemática do Direito, gerando soluções de alcance restrito que, muitas vezes, fogem às finalidades do Direito e aos ideais de justiça.

Por fim, apresenta-se como de fundamental importância desenvolver a capacidade de pensar criticamente os problemas jurídicos a partir dos problemas sociais, políticos e econômicos. Esta necessidade é trabalhada em razão da demanda do mundo contemporâneo por um profissional apto a encontrar soluções com referência em um enfoque integrado.

Para verificar e acompanhar o atingimento do perfil almejado para o egresso, o Curso de Direito da FESV conta com programa de acompanhamento de egressos, cujas atividades vão desde o simples levantamento de dados estatísticos, por meio dos quais se afere o advenho do perfil desejado, até a orientação profissional, passando pelo fomento à educação continuada, por meio de cursos preparatórios para os concursos públicos e de oferta de pós-graduações na área jurídica.

Este profissional assim formado jamais considerará sua educação como um produto acabado, estará em contínua busca de novas soluções, e aquisição de novos conhecimentos que venham ampliar e enriquecer sua prática diária com base nas constantes transformações sócio-históricoculturais do grupo social que estiver inserido. Capacitado à leitura e interpretação será capaz de adaptar sua prática de forma a atender as necessidades individuais e coletivas, durante sua atuação. Ou seja, todas as competências e habilidades gerais e específicas nas Diretrizes Curriculares Nacionais serão fundamentais para a formação deste profissional. Portanto, além de formar profissionais, a FESV almeja formar profissionais, que tenham um conhecimento científico sólido, que se apresentem como sujeitos inovadores, criativos e cidadãos plenos de sua responsabilidade social.

8.1. Competências e Habilidades Gerais e Específicas

Para alcançar os objetivos descritos anteriormente e com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Direito (Resolução CNE/CES 05 de 2018 e Portaria MEC n. 1.351 de 2018).

O Curso de Direito obedece às Diretrizes Curriculares Nacionais, e está organizado de modo a oferecer aos alunos referenciais teórico-práticos que colaborem na aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes e que promovam o seu pleno desenvolvimento como pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

O paradigma que alicerça a concepção do curso concilia a formação humanística e a técnica, como recomenda a Resolução do MEC n. 09/04, buscando equilibrar as percepções advindas das disciplinas humanistas sobre a realidade circundante com o manejo adequado das técnicas e domínio da ciência do Direito o que permitirá, aos alunos, cumprir sua função social.

Documento na íntegra está disponível para consulta na biblioteca do campus

Para alicerçar a sua concepção o curso tem como eixo central a Hermenêutica Constitucional do Direito e como eixo transversal a Educação para um Mundo Sustentável. Tais escolhas advêm das múltiplas complexidades do mundo contemporâneo. Hoje, a crescente dificuldade do Estado em promover o bem-estar social em um contexto no qual o acelerado processo de globalização da economia parece, por vezes, conflitar com a necessidade de valorização da diversidade cultural típica de nosso país, acaba por gerar um contexto jurídico marcado pela imprevisibilidade estratégica e grandes incertezas. Educar para um mundo sustentável é premissa básica para o desenvolvimento da cultura de preservação das perspectivas de futuro.

Como atualmente a educação é trabalhada por competências; conhecimento, habilidade e atitude, as duas primeiras consagradas nas disciplinas específicas do curso, a disciplina Planejamento de Carreira e Sucesso Profissional foi criada para a ambientação do estudante no ensino superior e no planejamento de sua carreira profissional, com o objetivos de orientar o estudante no planejamento de sua vida acadêmica, pessoal e profissional e na construção individual e autônoma de seu conhecimento.

O conceito de Sustentabilidade está fundamentado no Relatório "Nosso Futuro Comum", elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU e reiterado na Agenda 21 - Rio 92, que assim define sustentabilidade : "suprir as necessidades da geração presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprir as suas". Este conceito incorpora também a visão de que Sustentabilidade é a consequência de um complexo padrão de organização, com características de interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade (Capra F. A teia da vida. SP: Cultrix, 1996). Neste sentido, destaca-se a atuação sistêmica e holística da Instituição em relação à preservação do meio ambiente e de sustentação das redes sociais de proteção, à luz dos preceitos constitucionais.

Como Instituição de Ensino Superior, a FESV assume o papel de promover a disseminação do conhecimento e a formação de cidadãos aptos a contribuir para o desenvolvimento da sociedade, concebendo a Sustentabilidade como algo muito além de uma simples conduta de comunicação institucional com diferentes públicos. Sustentabilidade passou a ser um tema de fundamental presença e influência na sua atividade central, que perpassa de forma transversal todos os conteúdos trabalhados e todo o conhecimento construído: a educação para um mundo sustentável é o paradigma da formação para a cidadania consciente que a instituição se propõe a levar a seus alunos e às comunidades onde atua.

Da mesma forma, a dinâmica do Direito Constitucional contemporâneo se acelera, adquirindo nova feição com o surgimento do denominado Estado Pós-Social, o que implica uma forte tendência para o redimensionamento da concepção de soberania e da intervenção do Estado nas relações privadas. Mesmo sendo possível observar a mitigação da atuação do Estado, com reflexos diretos na proteção dos direitos fundamentais, o reconhecimento do princípio da dignidade da pessoa humana - devidamente abrigado pela Carta Maior-, como fundamento basilar de todo o sistema jurídico, é razão mais do que suficiente para entendermos como primordial o aprofundamento dos estudos de Direito Constitucional.

Pretende-se com esta concepção que o curso seja marcado pela reflexão jurídica voltada para um novo paradigma de interpretação constitucional que priorize o respeito à dignidade da pessoa humana e aos valores democráticos.

Conscientes de que não são as alterações na matriz curricular, a inserção ou atualização de conteúdos que, por si só, produzirão as mudanças necessárias, mas um esforço conjunto de todos os atores envolvidos no processo, o Curso de Direito optou por implementar uma metodologia de ensino que exige uma mudança de atitude dos seus alunos e professores. A

Documento na íntegra está disponível para consulta na biblioteca do campus

problematização e a interdisciplinaridade presentes no Estudo do Caso Concreto permitem transformar a sala de aula num lugar de construção e apreensão do conhecimento, substituindo o uso exclusivo das aulas expositivas e o cumprimento de conteúdos programáticos por aulas em que é aguçado o raciocínio jurídico e desenvolvida a autonomia intelectual do aluno, tornando-o partícipe ativo do processo de ensino aprendizagem.

Matriz

A Matriz Curricular abaixo disposta é apresentada em hora/relógio (Artigo 3º - Resolução CNE/CES Nº 3/2007)

MATRIZ CURRICULAR						
DIREITO - GRADUAÇÃO - 118						
1º PERÍODO	Tipo de participação	Modalidade de ensino	Carga horária			
DISCIPLINAS			Teórica	Prática	Campo	Total
FUNDAMENTOS ANTROPOLÓGICOS E SOCIOLÓGICOS	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	44	0	0	44
PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	44	0	0	44
LÍNGUA PORTUGUESA	OBRIGATÓRIA	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	110	0	0	110
2º PERÍODO	Tipo de participação	Modalidade de ensino	Carga horária			
DISCIPLINAS			Teórica	Prática	Campo	Total
DIREITO CIVIL I	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	88	0	0	88
ECONOMIA POLÍTICA	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
REDAÇÃO INSTRUMENTAL	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
SOCIOLOGIA JURÍDICA	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66

Documento na íntegra está disponível para consulta na biblioteca do campus

FILOSOFIA, ÉTICA E CIDADANIA	ELETIVA G1	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
HISTÓRIA DA CULTURA E DA SOC. NO MUNDO CONTEMP.	ELETIVA G1	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS E AFRO-DESCENDENTES	ELETIVA G1	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	ELETIVA G1	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
PLANEJAMENTO DE CARREIRA E SUCESSO PROFISSIONAL	ELETIVA G1	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
3º PERÍODO	Tipo de	Modalidade	Carga horária			
DISCIPLINAS	participação	de ensino	Teórica	Prática	Campo	Total
DIREITO DO TRABALHO I	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	88	0	0	88
DIREITO PENAL I	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	88	0	0	88
CIÊNCIA POLÍTICA	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
DIREITO CIVIL II	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
TEORIA GERAL DO PROCESSO	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
4º PERÍODO	Tipo de	Modalidade	Carga horária			
DISCIPLINAS	participação	de ensino	Teórica	Prática	Campo	Total
DIREITO CONSTITUCIONAL I	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	88	0	0	88
DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	88	0	0	88
DIREITO CIVIL III	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
DIREITO DO TRABALHO II	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
DIREITO PENAL II	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66

Documento na íntegra está disponível para consulta na biblioteca do campus

TÓPICOS EM LIBRAS: SURDEZ E INCLUSÃO	OPTATIVA	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
5º PERÍODO	Tipo de	Modalidade	Carga horária			
DISCIPLINAS	participação	de ensino	Teórica	Prática	Campo	Total
DIREITO DO CONSUMIDOR	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	44	0	0	44
DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	88	0	0	88
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO I	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	88	0	0	88
DIREITO CIVIL IV	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
DIREITO CONSTITUCIONAL II	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
DIREITO PENAL III	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
DIREITO AGRÁRIO	ELETIVA G1	PRESENCIAL	44	0	0	44
DIREITO INDÍGENA	ELETIVA G1	PRESENCIAL	44	0	0	44
CRIMINOLOGIA	ELETIVA G1	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
DIREITO CONTRATUAL BANCÁRIO	ELETIVA G1	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
DIREITO DA INFORMÁTICA	ELETIVA G1	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
DIREITO DO PETRÓLEO, GÁS E ENERGIA	ELETIVA G1	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
DIREITO E BIOÉTICA	ELETIVA G1	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
DIREITO ELEITORAL	ELETIVA G1	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
DIREITO IMOBILIÁRIO	ELETIVA G1	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
DIREITO PENAL ECONÔMICO	ELETIVA G1	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	ELETIVA G1	À DISTÂNCIA	44	0	0	44

Documento na íntegra está disponível para consulta na biblioteca do campus

DIREITOS AUTORAIS E PROPRIEDADE INDUSTRIAL	ELETIVA G1	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
MERCADO DE CAPITAIS	ELETIVA G1	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
6º PERÍODO	Tipo de	Modalidade	Carga horária			
DISCIPLINAS	participação	de ensino	Teórica	Prática	Campo	Total
DIREITO CONSTITUCIONAL III	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	44	0	0	44
DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	88	0	0	88
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO II	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	88	0	0	88
DIREITO CIVIL V	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
DIREITO PENAL IV	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
PRÁTICA SIMULADA DO TRABALHO	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
7º PERÍODO	Tipo de	Modalidade	Carga horária			
DISCIPLINAS	participação	de ensino	Teórica	Prática	Campo	Total
DIREITO CONSTITUCIONAL IV	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	44	0	0	44
DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	88	0	0	88
RESPONSABILIDADE CIVIL	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	44	0	0	44
DIREITO CIVIL VI	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	110	0	0	110
PRÁTICA SIMULADA CÍVEL	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
8º PERÍODO	Tipo de	Modalidade	Carga horária			
DISCIPLINAS	participação	de ensino	Teórica	Prática	Campo	Total

Documento na íntegra está disponível para consulta na biblioteca do campus

DIREITO AMBIENTAL	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	44	0	0	44
DIREITO PROCESSUAL PENAL I	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	88	0	0	88
ÉTICA PROFISSIONAL	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	44	0	0	44
FILOSOFIA JURÍDICA	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	44	0	0	44
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO JURÍDICO	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	44	0	0	44
DIREITO EMPRESARIAL I	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
PRÁTICA SIMULADA RECURSOS	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
9º PERÍODO	Tipo de	Modalidade	Carga horária			
DISCIPLINAS	participação	de ensino	Teórica	Prática	Campo	Total
DIREITO PROCESSUAL PENAL II	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	88	0	0	88
TÓPICOS REGIONAIS	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	44	0	0	44
DIREITO ADMINISTRATIVO I	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
DIREITO EMPRESARIAL II	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
DIREITO TRIBUTÁRIO I	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
PRÁTICA SIMULADA CONSTITUCIONAL	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
TCC EM DIR. CONSTI. / HUM. / INTER.	ELETIVA TCC	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
TCC EM DIR. DO TRAB. / PROC. DO TRAB. / PREVIDE.	ELETIVA TCC	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
TCC EM DIREITO ADMINISTRATIVO	ELETIVA TCC	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
TCC EM DIREITO CIVIL	ELETIVA TCC	À DISTÂNCIA	44	0	0	44

Documento na íntegra está disponível para consulta na biblioteca do campus

TCC EM DIREITO EM RESP. CIVIL / DIR. DO CONSUMIDOR	ELETIVA TCC	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
TCC EM DIREITO EMPRESARIAL	ELETIVA TCC	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
TCC EM DIREITO PENAL	ELETIVA TCC	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
TCC EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL	ELETIVA TCC	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
TCC EM DIREITO PROCESSUAL PENAL	ELETIVA TCC	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
TCC EM DIREITO TRIBUTÁRIO	ELETIVA TCC	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
TCC EM FIL. DO DIR / SOC. DO DIR./ ANT.JURÍD.	ELETIVA TCC	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
TCC EM PSICOLOGIA JURÍDICA E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	ELETIVA TCC	À DISTÂNCIA	44	0	0	44
10º PERÍODO	Tipo de	Modalidade	Carga horária			
DISCIPLINAS	participação	de ensino	Teórica	Prática	Campo	Total
DIREITO INTERNACIONAL	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	44	0	0	44
DIREITOS HUMANOS	OBRIGATÓRIA	PRESENCIAL	44	0	0	44
DIREITO ADMINISTRATIVO II	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
DIREITO TRIBUTÁRIO II	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66
PRÁTICA SIMULADA PENAL	OBRIGATÓRIA	HÍBRIDA	66	0	0	66

O Curso de Direito da FESV apresenta suas disciplinas distribuídas em 10 semestres e tem uma carga horária total de 4.388 horas-relógio (1 hora = 60 minutos), referentes a 56 (cinquenta e seis) disciplinas obrigatórias, 01 (uma) disciplina eletiva TCC, 02 (duas) disciplinas eletivas, 240 horas-relógio de atividades acadêmicas complementares e 300 horas-relógio de estágio supervisionado. Além de ser ofertada 01 (uma) disciplina optativa.

Documento na íntegra está disponível para consulta na biblioteca do campus